

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/382336881>

# Estratégia nacional para enfrentar a violência e o preconceito na escola: a proposta de uma rede distribuída

Chapter · July 2024

---

CITATIONS

0

1 author:



**Sergio Fernandes Senna Pires**  
Chamber of Deputies (Brazil)

62 PUBLICATIONS 164 CITATIONS

SEE PROFILE

Volume 1

ORGANIZADOR

Pedro Paulo da  
Cunha Ferreira



# Pensamento em Ação

estudos sobre Formação,  
Educação e Dinâmicas Sociais

**AUTORES** Adson Thiago Oliveira Silva | Alexandra Teixeira Dutra | Aline Durães | Ana Beatriz Almeida Miranda | Ana Lia Rocha Coelho Veneziani | André da Rosa Lucas | Bruno Beatriz | Carlos Augusto Canêdo Gonçalves da Silva | Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira | Claudiney Caetano dos Santos | Devis Kappes | Elisângela Chaves | Fernanda de Oliveira Sarreta | Gilmar da Silva Francelino | Horácio Pires Leite | Ivonete Aparecida Braga Moreira | Jaqueline da Silva Bonadia | Jeremias Adão Lourenço | Josiane Alves Pereira | Kelli Machado da Rosa | Kely Priscilla Gomes Freitas Brasil | Luciano Araújo Lima | Luis Otávio Schneider | Maíara Colares Bezerra | Marcelo Rene Teixeira de Oliveira | Marcelo Rodrigues Bomfim | Maria Beatriz Ferrari Pain | Mayara Carneiro Alves Pereira | Miriam Ferreira da Silva | Nadjanara Lopes de Abreu Araújo | Natália Teixeira de Souza Nobre | Osmar Mackeivicz | Otávio Camargo Augusto Conceição | Paula Tatiane Meleiro Meireles | Paulo Edson Cutrim Silva | Pedro Henrique Ferreira de Melo | Pedro Paulo Rosemberg da Silva Oliveira | Rafael Theotonio de Castro | Sergio Fernandes Senna Pires | Simone Regina Manosso Cartaxo | Teodulino Manguera Rosendo | Walisson Dodó | Wanderson Oliveira Aguiar | Wendel de Oliveira Silva



**DIALÉTICA**  
EDITORA

# ESTRATÉGIA NACIONAL PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA E O PRECONCEITO NA ESCOLA: A PROPOSTA DE UMA REDE DISTRIBUÍDA

**Sergio Fernandes Senna Pires**

Doutor em Psicologia

<https://lattes.cnpq.br/1997027402860999>

[sergio.senna.pires@gmail.com](mailto:sergio.senna.pires@gmail.com)

**RESUMO:** Este estudo propõe uma estrutura de rede nacional e distribuída para enfrentar a violência e o preconceito nas escolas. Apresentamos a persistência histórica e a complexidade da violência, destacando os desafios apresentados por abordagens fragmentadas. Ao articular definições existentes de violência, definimos a violência como: (1) a expressão de desejos e decisões; (2) que explora e promove a assimetria entre sujeitos; (3) desrespeita normas e princípios fundamentais; e (4) potencialmente causa diversos danos. Defendemos a descentralização das ações de combate à violência por meio de uma topologia de rede distribuída, enfatizando a autonomia local para respostas ágeis e integradas ao contexto. A rede proposta consiste em cinco unidades: (1) o Centro Nacional de Coordenação da Política de Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola; (2) as Unidades de Políticas Públicas; (3) as Unidades de Referência Nacional; (4) as Unidades de Referência Local; e (5) as Unidades de Rede. Concluimos que essa estrutura melhora a tomada de decisão, a resiliência e a eficiência dos recursos, fortalecendo as iniciativas existentes no combate à violência.

**Palavras-chave:** Violência na escola; Preconceito na escola; Rede nacional de enfrentamento à violência e ao preconceito na escola.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse estudo tem por objetivo principal levantar elementos-chave para a criação de uma Rede de Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola, segundo o modelo distribuído. Para tanto, desenvolveremos alguns aspectos teóricos referentes à: (1) complexidade do fenômeno da violência; (2) necessidade de aprofundamento na compreensão da violência. Com base nesses elementos teóricos, faremos a apresentação de uma possível topologia para essa rede; das atribuições de suas unidades; das diretrizes para o seu funcionamento; das ideias iniciais para a realização de um projeto piloto e dos aspectos primordiais para a elaboração legislativa no tema.

Esse estudo é uma revisão e ampliação do estudo já publicado e intitulado *Epistemological and legislative foundations for the creation of a national network to tackle violence and prejudice in schools*. Tal iniciativa, além de trazer mais detalhes e exemplos tem por objetivo principal comunicar as ideias em Língua Portuguesa, o que torna o conhecimento mais acessível no País.

## 2 A PERSISTÊNCIA DOS COMPORTAMENTOS VIOLENTOS AO LONGO DA HISTÓRIA

A violência é um fenômeno complexo e multifacetado cuja mitigação não tem sido bem-sucedida ao longo da história. O registro arqueológico do comportamento violento humano demonstra sua ubiquidade e persistência. A “Epopéia de Gilgamesh”, datada de cerca de 2100 a.C., representa uma das obras literárias mais antigas que abordam temas de agressão e violência (DE MEDEIROS; DA SILVA COSTA; SILVA, 2023). Isso ilustra que a sociedade há muito tempo é palco de manifestações comportamentais violentas, revelando um padrão recorrente e estruturado que se estende por milênios.

Outro registro emblemático é o Papiro Edwin Smith, que, segundo Allen (2005), contém sistematicamente descrições documentadas de lesões causadas em batalhas e possíveis tratamentos. Este registro arqueológico não só destaca a presença da violência na história, mas também sublinha a preocupação com o entendimento e o enfrentamento das consequências do comportamento violento desde os tempos antigos.

Ainda mais antigos são os grafismos na área arqueológica da Serra da Capivara, no Piauí, Brasil, que revelam representações da violência humana em pinturas rupestres datadas de 12.000 a 6.000 anos atrás (SILVA; CISNEIROS, 2013). No campo da arqueologia, estudos realizados em restos humanos da Caverna de Shanidar, no Iraque, datados de 36.000 anos, sugerem ferimentos causados por lanças (CHURCHILL et al., 2009). Esses estudos também sugerem não apenas a ocorrência de violência interpessoal, mas também a existência de cuidados de saúde entre os humanos paleolíticos (SPIKINS et al., 2019). Essas evidências indicam que a violência e as medidas para lidar com suas consequências têm acompanhado a trajetória da humanidade desde seus estágios mais primordiais.

A existência desses registros ao longo da história revela a persistência, ubiquidade e universalidade do comportamento humano violento. Esses elementos convergem para a conclusão de que a violência é um fenômeno relacionado à existência humana, à forma como as pessoas estabelecem suas relações e aos meios pelos quais decidem alcançar seus objetivos. Portanto, compreender a violência é um desafio que ainda não conseguimos superar com sucesso. Nesse contexto, uma das questões cruciais é a dificuldade de definir o que realmente é a violência (PIRES, 2023a; SILVA, 2019), aspecto que desenvolveremos a seguir.

### 3 OS EFEITOS DA FRAGMENTAÇÃO CONCEITUAL NA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA

As definições atuais e mais difundidas sobre a violência tendem a se ancorar em perspectivas jurídicas, enfocando aspectos legais dos comportamentos violentos e enfatizando os **tipos de danos** produzidos (RAMOS, 2021) e as suas decorrentes punições. Muito embora essas definições sejam importantes para a construção de bases legais e para a aplicação da justiça, sua utilização em outros contextos pode negligenciar nuances sociais, psicológicas e culturais que contribuem para a compreensão e para o **enfrentamento integral à violência**.

Além disso, a acentuada fragmentação pelos tipos de violência cria um desafio adicional: o isolamento analítico das categorias. Violência urbana, violência doméstica, violência de gênero, entre outras categorias, são frequentemente tratadas de maneira autônoma. Essa abordagem **dificulta a identificação de interconexões e padrões subjacentes que transcendem categorias específicas** (PIRES, 2023a).

Assim sendo, apesar de ser a principal escolha para fundamentar grande parte das iniciativas de enfrentamento à violência, essa abordagem prejudica a compreensão integral do fenômeno e a formulação de estratégias mais eficazes de prevenção e de intervenção. Para superar esse óbice, é crucial considerarmos novas dimensões da violência, reconhecendo-a como um fenômeno dinâmico e interconectado, que ocorre em um **ecosistema de significados, comportamentos e emoções** (PIRES, 2023b). Isso implica na elaboração de uma aproximação teórica que considere a flexibilidade e a adaptação como princípios basilares de seu enquadramento.

#### 4 DA SALA DE AULA ÀS RUAS: A INTRINCADA RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA URBANA, FAMILIAR, DIGITAL E NA ESCOLA

Para tratarmos desse tema, o faremos por meio de um exemplo hipotético de uma escola inserida em um território conflagrado e dominado por uma facção do crime organizado. A violência, nesse contexto, revela uma intrincada teia de conexões. Consideremos que essa escola está situada em uma área onde a facção recruta adolescentes para comercializar substâncias ilícitas no ambiente escolar e que tal violência não se limita a episódios isolados.

A presença e o domínio da facção criminoso não apenas instauram um clima de tensão, mas também transforma a própria concepção de escola. O ambiente educacional, ao invés de ser um refúgio para o aprendizado, torna-se um espaço propício para a condução de atividades ilegais, no qual uma das representações dos alunos, sob a ótica dos criminosos, é a de clientes ou de colaboradores em potencial.

Então, a complexidade do problema se estende à interação entre o tráfico de drogas e o ambiente escolar como um negócio (RIBEIRO et al., 2019). Para as facções criminosas, as atividades pedagógicas tornam-se secundárias, sendo o tempo escolar utilizado, estrategicamente, para recrutar usuários, comercializar e promover o consumo de substâncias proibidas, entre outras atividades de interesse. A escola, sob o ponto de vista dos criminosos, não é apenas um local de ensino, mas uma plataforma operacional para a exploração do mercado jovem e para a realização de transações ilícitas.

Nesse cenário, a falta de respeito aos professores, que em outro local poderia ser um problema pedagógico, pode ser entendida como uma estratégia intencional para favorecer os negócios da organização.

O desrespeito cria um ambiente tumultuado, gerando assimetrias de poder que favorecem as atividades violentas do tráfico de drogas. Ao minar a autoridade dos educadores, busca-se interromper as atividades didáticas e criar uma atmosfera propícia à clandestinidade, onde as operações criminosas podem ocorrer de maneira mais eficaz ao utilizar o tempo das aulas para a realização das mais variadas atividades ilícitas.

Sob o ponto de vista psicológico e das relações de poder, o desrespeito é uma forma de instilar, mobilizar e manter o medo como uma das principais emoções que regulam o comportamento. Em um cenário violento, torna-se um elemento essencial para criar e manter a forte assimetria entre os sujeitos, que é uma das condições básicas para a ocorrência da violência.

Ao lidar com essa realidade, é essencial reconhecer que as estratégias de intervenção devem ir além do escopo educacional (PIRES; BRANCO, 2023). É necessário, ainda, considerar que a temporalidade da vida escolar oferece oportunidades para o recrutamento, enquanto a estrutura escolar, ao reunir crianças e adolescentes todos os dias, em todo o território nacional, facilita as transações comerciais das organizações criminosas. Esse espaço é, então, por elas cobiçado (MEIRELES; MOREIRA; GUZZO, 2021).

Tais suposições se referem à realidade de certas populações e territórios e à crueldade e ao desrespeito inerente ao crime organizado. É importante enfatizar que, **de forma alguma**, o raciocínio aqui exposto deve servir de motivo para a **estigmatização** do espaço escolar, dos alunos ou dos profissionais da educação, sob qualquer ponto de vista. Realizamos a descrição de um cenário hipotético, mas plausível. Nosso objetivo é mostrar como **pessoas inescrupulosas** podem se aproveitar, de forma violenta, das estruturas e sistemas que estabelecemos para promover o desenvolvimento humano saudável.

Então, mantendo esses elementos em mente, a resposta eficaz à violência requer uma aproximação coordenada que envolva não apenas a instituição educacional, mas também as forças de segurança, autoridades locais e, principalmente, organizações comunitárias da população local. Somente por meio de esforços conjuntos e da compreensão abrangente do fenômeno, poderemos esperar desconstruir não apenas as manifestações diretas da violência, mas também as raízes sistêmicas que a perpetuam nesse e em outros contextos. Tal conclusão não é novidade e está proposta em diversos estudos. Resta-nos, então, levantar quais são as razões pelas quais as mudanças não ocorrem nessa direção.

Da mesma forma, esse raciocínio pode ser estendido para compreender fenômenos mais amplos de violência urbana ou até mesmo a propagação de violência mórbida e extrema nas escolas, conforme descrita por Vinha e Nunes (2020). Assim como no contexto escolar, a violência urbana muitas vezes transcende a ocorrência de eventos isolados, sendo perpetuada por fatores sistêmicos, como as desigualdades sociais, a falta de oportunidades econômicas e as deficiências nas políticas públicas de segurança.

A assimetria de poder, vista anteriormente no ambiente escolar, também se manifesta em áreas urbanas afetadas pela violência, onde certos grupos buscam estabelecer controle territorial para facilitar suas atividades ilícitas. De maneira análoga, na esfera digital, a disseminação de conteúdo violento e extremista, muitas vezes, é motivada pela busca de poder e influência, criando assim um ambiente propício para a propagação de ideologias nocivas e de *cyberbullying* (BOZZA; VINHA, 2023).

Diante dessas complexidades, abordar a violência, em todas essas dimensões, requer uma aproximação integrada e colaborativa que vá além das suas manifestações superficiais, visando desconstruir as estruturas subjacentes que alimentam e a mantêm. Então, para ampliarmos a compreensão do fenômeno da violência é necessário utilizarmos referenciais teóricos avançados e igualmente complexos, o que veremos a seguir.

## 5 UMA NOVA DEFINIÇÃO PARA A VIOLÊNCIA

Ao considerar o comportamento humano, social e individual, como um sistema aberto e complexo, conforme anteriormente apresentado, percebemos que as interações entre os seus componentes são indissociáveis e, se isoladas, alteram significativamente o que deve ser compreendido e, conseqüentemente, a eficácia das propostas de enfrentamento à violência. A complexidade e a abertura desse sistema humano tornam-se evidentes diante dos princípios da equi e da multifinalidade (PIRES, 2023a). Fica igualmente clara a influência recíproca entre fatores sociais e as respostas individuais ao fenômeno da violência (PIRES, 2023b). Isso gera uma diversidade de situações que desafia as propostas baseadas na centralização.

Não é sem razão que as mais variadas iniciativas realizadas para o enfrentamento da violência, claramente, não vêm sendo bem-sucedidas durante as três últimas décadas. Nesse contexto, os princípios anteriormente apresentados oferecem um enquadramento conceitual robusto para a construção de um novo entendimento sobre a violência como um fenômeno dinâmico, interconectado e diversificado em suas causas e expressões.

Ao integrarmos essas perspectivas, podemos aplicar os seus princípios para desenvolver **estratégias de prevenção e intervenção** que se **reconfigurem** e que reconheçam a natureza multifacetada e adaptativa da violência, promovendo uma abordagem mais eficaz e contextualizada para lidar com esse desafio.

Na contramão desse raciocínio, boa parte do estudo acadêmico atual sobre a violência vem conduzindo o desenvolvimento de conceitos e à formulação de definições cada vez mais fragmentadas. Conceitos clássicos, como o proposto por Michauld (1989), por exemplo, que a define a violência como ações diretas ou indiretas destinadas a limitar, ferir ou destruir pessoas ou bens, foram criticados por sua limitação em abranger todas as dimensões da violência na escola, especialmente as mais subjetivas, como a psicológica, por exemplo.

A multiplicidade de definições adjetivadas da violência, apesar de sua utilidade em categorizações penais e diagnósticos clínicos, não necessariamente contribui para a eficácia dos programas e projetos de enfrentamento à violência, conforme apresentaremos mais adiante.

Entretanto, nossa intenção principal não é questionar a funcionalidade dessa fragmentação em modalidades, mas enfatizar a necessidade de integrar e articular diversos aspectos das definições tradicionais, e suas respectivas abordagens, para prover uma inteligibilidade mais profunda, efetiva e eficaz para o enfrentamento à violência no dia-a-dia.

Na busca da convergência de diversas definições tradicionais de violência, encontramos estudos como o de Minayo, Pinto e Silva (2022), entre outros (MICHHAULD, 1989; KRUG, 2002; MINAYO; SOUZA, 2003), a partir dos quais podemos destacar elementos comuns às definições (PIRES, 2023c):

- **manifestações** de desejos, decisões e concepções pessoais ou coletivas;
- **expressões** por meio de comportamentos, ações ou omissões;
- envolvimento de **agentes**, como pessoas, grupos ou sistemas cibernéticos digitais;
- **pacientes**, que podem ser indivíduos, grupos, seres ou ambientes;
- relações de agente/paciente caracterizadas por **elevada assimetria**;
- **desrespeito** a normas e princípios fundamentais; e
- a presença do **potencial de dano**.

Esses elementos comuns proporcionam um ponto de partida para a compreensão da violência como o resultado da expressão de **processos decisórios intencionais, baseados em crenças, valores e emoções**.

Ao considerar a história como um guia, observamos que a persistência da violência exige essa análise multidimensional para abranger não apenas suas manifestações visíveis, mas também as nuances mais profundas que a orientam e que a mantêm.

Então, sob essa ótica e sinteticamente, podemos definir a violência:

*Como as formas comportamentais de expressão que pessoas, grupos ou sistemas cibernéticos digitais utilizam na tentativa de impor, assimetricamente, as suas decisões sobre outros, à revelia das convenções sociais, da legislação ou de valores universais, podendo causar algum tipo de dano individual ou coletivo. (PIRES, 2023a, p. 8031)*

Essa **definição sintetiza** as seguintes **ideias-chave**:

**A violência é uma forma de expressão da imposição de desejos e decisões**, nas quais a manifestação de poder e controle, não raras vezes, se sobrepõe à consideração das necessidades e direitos dos demais sujeitos. Sob essa ótica, ela pode ser considerada um atalho que alguém escolhe para não negociar e impor os seus desejos e as suas decisões (PIRES, 2023c). Por exemplo, a coerção verbal, em relacionamentos, pode ser uma expressão de desejo de controle, afetando a liberdade, a autonomia da vítima e demonstrando como a violência pode ser sutil e insidiosa.

**A violência pressupõe forte assimetria entre os envolvidos**, por meio da qual um detém poder sobre o outro. Essa influência pode se estabelecer em uma dimensão eminentemente psicológica e até imaginária, como no exemplo do desrespeito em sala de aula, anteriormente apresentado. Pode, ainda, ser obtida pelo uso de artefatos, como armas de fogo, por exemplo. A violência também possui uma dimensão recursiva ao fortalecer e manter essa assimetria, depois de estabelecida. O *bullying* escolar é um exemplo no qual um agressor exerce domínio sobre a vítima, seja por meio de força física, verbal ou social, evidenciando como a violência está vinculada às relações de poder desequilibradas (PANÚNCIO-PINTO; ALPES; COLARES, 2020).

**A violência é o desrespeito a normas, regras, princípios ou valores fundamentais**, sejam formais ou informais. Atos como o assédio sexual no ambiente de trabalho, por exemplo, violam normas éticas e regras de conduta, destacando como a violência, não raras vezes, ocor-

re quando as fronteiras morais são transgredidas. O desrespeito ao professor e aos colegas de aula, de forma geral, é outro exemplo de violação de regras básicas e informais de convivência.

A **violência envolve o potencial de produzir dano**, ainda que ele não ocorra de fato. O *bullying* online é um exemplo, onde ameaças ou difamações têm o potencial de causar danos emocionais e psicológicos, mesmo que não resultem em ferimentos físicos tangíveis. Nesse contexto específico, é importante destacar que o dano psicológico, por exemplo, depende dos processos de significação das vítimas. Expostos a ofensas verbais, por exemplo, efetivamente se autopercebem não ofendidos. Então, nem todos os indivíduos reconhecerão que houve dano, ainda que consideradas as mesmas condições.

Essa forma de conceber a violência passa a incluir, portanto, até mesmo as situações em que o dano não pode ser comprovado. A despeito de não se aplicar a toda e qualquer situação, a definição ampliada da violência incorpora, ainda, aspectos expressivos, relacionais, éticos e pode ser utilizada como ponto de partida para a elaboração de estratégias preventivas. Compreender a violência dessa maneira não apenas permite uma visão mais abrangente do fenômeno, mas também pode orientar a construção de ações e políticas que visam abordar suas raízes profundas e promover o estabelecimento de relações mais saudáveis e justas, em qualquer ambiente.

Além disso, valoriza-se a dimensão pessoal para o enfrentamento à violência, quando enfoca as decisões humanas como um ponto de controle importante para a interrupção do comportamento violento e, também, como uma das fontes da violência.

## 6 QUAIS SÃO AS RAZÕES PARA A ADOÇÃO DE UMA REDE DISTRIBUÍDA PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA?

O reconhecimento das multiformes dimensões da violência implica a adoção desse olhar crítico para além de suas definições e das tentativas de enfrentamento tradicionais. Conforme anteriormente visto, passa pela compreensão e pela sistematização dos processos sociais e psicológicos que estabelecem e mantêm a violência.

O enfrentamento à violência precisa de uma coordenação geral, mas o levantamento e a análise dos problemas, sob uma ótica sistêmica, só se torna possível em **nível local**, objetivo que pode ser atingido por uma estrutura de **rede distribuída**. A partir desse tipo de

compreensão mais profunda, capaz de considerar tanto as **similaridades** quanto as **distinções** dos problemas de violência enfrentados por diferentes populações, abre-se a possibilidade para a formulação de **políticas públicas mais eficazes e articuladas**.

Tal iniciativa permite a valorização, o financiamento e realização de muitas iniciativas que abordam uma multiplicidade de manifestações violentas, que variam desde problemas de convivência, violência por meio digital, violência mórbida até os ataques homicidas de que as escolas têm sido alvo. Nesse sentido, seria possível apoiar as ações que vêm sendo propostas em diversos estudos atuais (ALTENFELDER, 2019; COSTIN, 2020; MASCHIETTO; FERREIRA; CORTINHAS, 2022; NUNES; VINHA; CAMPOS, 2022; TOGNETTA, 2022; ABRA-MOVAY et. al., 2023), financiando e aplicando as propostas nos contextos em que se julgasse que poderiam trazer a colaboração mais efetiva.

A criação dessa rede híbrida e flexível representa o reconhecimento de que a violência obedece aos princípios teóricos anteriormente apresentados, levando em consideração a sua persistência ao longo da história humana e a imensa diversidade de fatores que contribuem para sua manifestação.

Nesse contexto, a flexibilidade de uma rede distribuída permite uma adaptação dinâmica às nuances específicas de cada contexto, reconhecendo que as raízes, as manifestações e a dinâmica da violência **podem variar amplamente, ainda que mantendo um núcleo comum**.

A partir da compreensão das similaridades, é possível identificar padrões comuns que transcendem fronteiras geográficas e demográficas, permitindo a aplicação de estratégias amplas e colaborativas. Simultaneamente, ao considerar as distinções, é igualmente viável desenvolver abordagens específicas, culturalmente sensíveis e contextualizadas para cada realidade. De forma híbrida, **articulam-se**, assim, os aspectos **gerais e específicos para o enfrentamento à violência**.

Estudos atuais (LIMA; GUIMARÃES, 2019; MASCHIETTO, 2020; CALABRE, 2022; HEIDRICK, 2022) sugerem que a articulação em rede é um caminho promissor para o enfrentamento a problemas complexos.

No cenário da violência e do preconceito, defendemos que a eficácia das estratégias adotadas **depende da arquitetura da rede implementada**. Argumenta-se aqui que a adoção de uma topologia distribuída, em uma rede nacional, dedicada a apresentar alternativas para superar esses desafios, proporciona inúmeras vantagens. Essa abordagem distribuída promove uma descentralização do controle e da tomada de decisões, permitindo uma resposta mais ágil e adaptável, em diversas localidades.

Em nosso caso, ao se justapor os **equipamentos** das políticas públicas, tradicionalmente relacionadas ao enfrentamento à violência, às desigualdades e às necessidades coletivas, promove-se a integração das iniciativas dos órgãos **existentes**. Em vez de reinventar estruturas, a abordagem em rede **aproveita** as ações e recursos disponíveis, otimizando as suas ações. Além disso, a colaboração entre os diversos setores e a coordenação de esforços fortalecem as capacidades existentes, superando os desafios da fragmentação e da falta de integração presentes nas abordagens isoladas.

A articulação, em rede, dos equipamentos das políticas públicas cria uma sinergia que pode potencializar o impacto de suas intervenções. A implementação de medidas eficazes demanda uma compreensão profunda dos contextos locais, algo que a rede, ao englobar uma variedade de atores e perspectivas, está bem posicionada para oferecer. A integração também facilita a troca contínua de informações, boas práticas e lições aprendidas, promovendo uma aprendizagem coletiva e autopoiética.

Além disso, a resiliência e a tolerância a falhas são aprimoradas, pois a rede permanece robusta diante de contratemplos localizados em determinado segmento de sua estrutura. Ao explorar esses aspectos, é possível compreender como a topologia distribuída emerge como uma **escolha estratégica** e eficaz na construção de uma rede nacional de enfrentamento à violência e ao preconceito. Todos esses aspectos colaboram para que a rede seja capaz de se **reconfigurar**, de forma ágil, para enfrentar os desafios apresentados pela multiplicidade dos territórios abrangidos e das populações a serem atendidas, como explicaremos a seguir.

## 7 COORDENAÇÃO LOCAL EFICIENTE: ALTERNATIVAS À DEPENDÊNCIA DA ESTRUTURA FEDERATIVA CENTRALIZADA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

A estrutura federativa brasileira, embora concebida para promover a autonomia dos entes federados, muitas vezes resulta em impactos irrefletidos sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência. Essa estrutura, fundamentada em uma **hierarquia implícita** entre os entes que a compõem, frequentemente coloca a expectativa da elaboração de soluções provenientes do Governo Federal. No entanto, esse modelo hierárquico informal, muitas vezes, se revela ineficiente diante da diversidade de desafios enfrentados por diferentes populações, em distintos territórios.

Nesse sentido, há estudos (D'ALBUQUERQUE; PALOTTI, 2021; ROSA, 2023; TEODÓSIO; RESENDE, 2020) que recomendam

essa reflexão e a adoção de medidas articuladoras e descentralizadoras na execução das ações das políticas públicas. Ao adotarmos uma abordagem de rede distribuída, é possível desafiar a prática cultural arraigada da centralização, buscando uma coordenação mais flexível e alinhada com as nuances regionais e locais.

Por exemplo, em um determinado território, a coordenação das ações de enfrentamento à violência poderia ser conduzida por um município, em vez de depender, exclusivamente, de uma instância estadual ou federal. Isso permitiria uma resposta mais ágil e adaptável, uma vez que as comunidades locais têm um entendimento mais próximo das peculiaridades e necessidades específicas das comunidades atendidas.

Isso representa uma mudança de paradigma que **reconhece a importância da flexibilidade e descentralização** na abordagem de desafios tão complexos quanto a violência. Entretanto, nem tudo são flores e devemos estar atentos a possíveis problemas advindos dessa descentralização, conforme apontado por Souza e Grim (2021).

## 8 MAXIMIZANDO RECURSOS, FORTALECENDO A COLABORAÇÃO: O POTENCIAL DA REDE DISTRIBUÍDA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Considerando o já apresentado, a arquitetura de rede distribuída oferece as seguintes vantagens: (1) abrangência para a tomada de decisão; (2) melhor resiliência e tolerância a falhas; (3) fluxo constante de informações; (4) melhor eficiência e economia de meios.

A seguir, explicamos cada uma dessas características de uma rede distribuída para o enfrentamento à violência.

**Abrangência para a tomada de decisão.** Em um cenário de enfrentamento à violência, a implementação de uma rede distribuída para a tomada de decisão pode ampliar significativamente a participação de diversas entidades, incluindo organizações, agências governamentais e comunidades. Ao conferir autonomia a cada entidade na rede e aos grupos que podem se formar, a tomada de decisões torna-se mais abrangente e contextualizada, permitindo respostas específicas a desafios locais e à atenção a populações específicas. A coordenação centralizada, no entanto, mantém-se presente para garantir a coesão e alinhamento estratégico, assegurando uma abordagem integrada no enfrentamento à violência.

**Mais resiliência e tolerância a falhas.** A transição para uma abordagem de rede distribuída no enfrentamento à violência visa **apri-**

**morar a resiliência do sistema como um todo.** Ao descentralizar as operações, a rede torna-se mais resistente a possíveis desafios enfrentados por organizações ou comunidades específicas. A compensação entre diferentes partes da rede em momentos de dificuldade mantém a eficácia global na resposta à violência, evitando a dependência excessiva de uma única fonte de controle, de financiamento e de produção do conhecimento.

**Fluxo constante de informações.** Ao adotar uma topologia distribuída, a comunicação entre as entidades na rede é facilitada, promovendo um fluxo colateral e constante de informações. A presença de uma coordenação central, nesse contexto, atua como facilitadora, garantindo a troca eficiente de dados e estratégias para lidar com situações de violência. Essa dinâmica colaborativa fortalece a capacidade de resposta rápida e adaptável diante de eventos emergenciais.

**Melhor eficiência e economia de meios.** A eficiência nas estratégias de enfrentamento à violência é aprimorada mediante a distribuição de responsabilidades entre os participantes da rede. A coordenação centralizada continua desempenhando um papel crucial, garantindo uma abordagem integrada, enquanto as entidades individuais mantêm a flexibilidade para agir conforme as necessidades locais. Essa descentralização não apenas otimiza a utilização de recursos, mas também promove a economia de meios ao adaptar estratégias de acordo com as particularidades de cada região ou população.

**Exemplos práticos na implementação.** Na implementação prática de uma rede distribuída para prevenir e responder à violência, destaca-se que não é necessário construir novos prédios, nem criar órgãos específicos. O primeiro passo crucial nesse processo é a identificação ativa de atores da sociedade interessados em colaborar com a iniciativa. Paralelamente, é fundamental identificar órgãos governamentais já existentes e com vocação para participar dessa rede colaborativa.

Ao buscar eficiência e agilidade, o estabelecimento de um sistema de comunicação em rede pela Internet se torna uma estratégia essencial, permitindo o compartilhamento e a construção de novos conhecimentos entre os diversos participantes da rede. Além disso, para elaborar e testar os protocolos iniciais, propõe-se o estabelecimento de um piloto da rede. Esse piloto servirá como um ambiente controlado para desenvolver e ajustar os processos operacionais iniciais, garantindo que a rede funcione de maneira eficiente e eficaz, quando expandida para uma escala maior.

Dessa forma, ao adotar a descentralização, a rede pode envolver organizações não governamentais, agências de aplicação da lei, serviços

sociais e comunidades locais, demonstrando como a combinação de autonomia local, coordenação distribuída e financiamento compartilhado pode resultar em respostas mais eficazes e sistêmicas no enfrentamento dos desafios complexos associados à violência.

## 9 DA TEORIA À PRÁTICA: AS DIRETRIZES PARA UMA REDE DISTRIBUÍDA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NA ESCOLA

A partir do estudo de redes bem-sucedidas e já existentes há décadas (PIRES, 2023d), levantamos as seguintes necessidades ou requisitos para a sua criação:

- **capilaridade local, com distribuição regional e articulação nacional:** A rede distribuída deve ser estruturada em diferentes regiões geográficas do Brasil, permitindo uma abordagem contextualizada e adaptada às realidades locais, articulando-se nacionalmente para construção do conhecimento científico, compartilhamento de experiências e financiamento.
- **integração de ações governamentais:** A rede deve promover a integração intersetorial e o alinhamento das ações dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, evitando a fragmentação e maximizando os recursos disponíveis, como ocorre, historicamente, em outros sistemas públicos.
- **parcerias com organizações não governamentais:** É essencial envolver organizações não governamentais (ONGs) que possuam experiência e expertise no enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola, ampliando assim o alcance e a efetividade das ações ao longo das instâncias da rede, promovendo a liberdade e a diversidades de iniciativas, propósitos, modelos financiamentos e parcerias.
- **enfoque multidisciplinar:** A rede e os seus centros de referência devem contar com o trabalho perene de profissionais de diferentes áreas, como educação, psicologia, assistência social, direitos humanos, entre outras, para abordar de forma abrangente e integrada as diversas dimensões do problema. Esse requisito não implica, necessariamente, na presença física e na lotação das pessoas na mesma unidade administrativa, uma vez que o trabalho pode ser realizado à distância, por exemplo.

- **compartilhamento de informações em nível nacional:** Deve haver processos de compartilhamento de informações entre os diferentes níveis da rede, permitindo a troca de experiências, boas práticas, dificuldades, fracassos e dados relevantes para o enfrentamento da violência e dos preconceitos na escola.
- **capacitação e formação continuada:** A rede deve promover a capacitação e formação contínua de todos os atores envolvidos, incluindo gestores escolares, professores, equipes técnicas e demais profissionais, visando o aprimoramento das práticas e a atualização constante.
- **participação popular e da comunidade escolar:** É fundamental envolver a comunidade escolar, incluindo pais, estudantes e funcionários, na construção e implementação das ações da rede, garantindo uma abordagem participativa e coletiva.
- **monitoramento e avaliação:** A rede deve contar com metodologia e sistemas próprios de monitoramento e avaliação para acompanhar a efetividade das ações, identificar desafios e promover ajustes necessários.
- **financiamento compartilhado:** Para garantir a sustentabilidade da rede, é importante estabelecer mecanismos de financiamento compartilhado entre os diferentes entes federativos e parceiros, de forma a garantir recursos adequados e estáveis para as ações. As doações privadas locais deverão ser direcionadas de forma a beneficiar as iniciativas indicadas pelos doadores.
- **cooperação e troca de experiências:** A rede deve incentivar a cooperação e a troca de experiências entre as diferentes regiões, promovendo a aprendizagem mútua e a replicação de boas práticas.
- **envolvimento da comunidade científica:** A rede deve promover a participação ativa da comunidade científica, englobando pesquisadores e acadêmicos especializados em temas relacionados à violência e preconceito na escola. Essa colaboração proporciona embasamento científico, pesquisa aplicada e aprimoramento contínuo das práticas.
- **incorporação de tecnologias de comunicação:** A utilização de tecnologias de comunicação modernas e acessíveis deve ser integrada à rede, permitindo a troca eficiente de

informações entre os diferentes membros, agilizando processos de compartilhamento de boas práticas, relatórios e estratégias de enfrentamento.

- **ênfase nas políticas públicas sociais e de saúde integral:** A rede deve incluir uma abordagem integrada de ações sociais e para a promoção da saúde integral no ambiente escolar.
- **envolvimento efetivo do setor privado:** Promover a adesão das escolas privadas e estabelecer parcerias com o setor privado, incluindo empresas e fundações, pode ser crucial para garantir recursos adicionais, expertise e apoio técnico. Essas colaborações podem fortalecer a sustentabilidade financeira da rede e ampliar seu alcance por meio de estratégias inovadoras.
- **adoção de metodologias participativas de avaliação:** Além dos processos próprios de monitoramento e avaliação, a rede deve incorporar metodologias participativas, envolvendo ativamente os membros da comunidade escolar no processo de avaliação. Essa abordagem garante uma avaliação mais contextualizada e alinhada às necessidades reais das escolas.

A partir desses requisitos ou características, faremos, adiante, algumas reflexões sobre como seria a arquitetura da rede, suas funções e como seriam as relações entre as suas unidades.

## 10 AS INSTÂNCIAS DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E AO PRECONCEITO NA ESCOLA

Nossa proposta atual parte de uma primeira aproximação (PIRES, 2023d) que passou por novas reflexões a partir do conteúdo trazido no Seminário sobre Ambiente Escolar Seguro: Políticas Educacionais e Comunidade Escolar, Promovido pelo Grupo de Trabalho sobre Política de Combate à Violência nas Escolas Brasileiras, da Câmara dos Deputados, em 8 de novembro de 2023.

Tal rede se apoia na lógica da existência de cinco instâncias, cujos nomes criamos apenas para facilitar a sua apresentação.

A **primeira**, composta por um **Centro Nacional de Coordenação da Política de Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola**, futuramente responsável pela promoção do fluxo de informação, da administração, dos recursos de rede e das propostas nacionais, em escala.

A **segunda**, constituída por **Unidades de Políticas Públicas**, é formada pelos órgãos governamentais, de todos os entes federados, e organizações da sociedade que sejam responsáveis por políticas públicas afetas ao enfrentamento à violência.

A **terceira**, constituída pelos **Centros de Referência Nacional**, com quádrupla vocação: (1) assistência e cooperação técnica; (2) teste de normas, procedimentos, metodologias e propostas; (3) capacitação; e (4) pesquisa científica e operacional, oferecendo a necessária diversidade para dar conta de populações e territórios distintos.

A **quarta**, com objetivo de dar capilaridade ao segmento científico-operacional do sistema, é composta pelas **Unidades de Referência Local**, que poderão ser os elos operacionais e coincidem com estabelecimentos de ensino vocacionados para desenvolver, testar e promover a difusão das ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola para os demais estabelecimentos de ensino. Podem, também, fazer o papel de porta de entrada da rede para sugestões, ideias, projetos e demais elementos provenientes da comunidade e dos demais estabelecimentos de ensino, promovendo a multidirecionalidade da rede em acolher as iniciativas populares e das comunidades escolares. É importante compreender que essa categoria abrange qualquer política pública que se aplique às estratégias de enfrentamento à violência e podem ser de natureza social, econômica, financeira, de atenção à saúde, entre muitas outras. É o caso concreto que define a participação de representantes de cada uma das políticas.

A **quinta**, as **Unidades de Rede**, que consistem em qualquer escola, de quaisquer dos sistemas de ensino previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

## 11 INTRODUÇÃO AO PROJETO PILOTO DA REDE NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Visando dar materialidade à proposta, é necessário refletir sobre como seria um programa piloto da Rede Nacional Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola. Como primeiro passo, pode-se definir o **Centro Nacional de Coordenação da Política de Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola** como mais uma atribuição de um órgão já existente no Ministério da Educação, otimizando recursos e estruturas preexistentes.

As **Unidades de Políticas Públicas** são fundamentais para o sucesso do empreendimento, já que elaboram e executam as políticas públicas relacionadas ao enfrentamento à violência. De forma seletiva, podem participar do planejamento das ações em atenção à determinada população ou a serem executadas em território delimitado. Em alguns casos pode envolver organização urbana, limpeza, ações de financiamento e concessão de microcrédito e de toda a gama de serviços que sejam considerados pertinentes para o êxito das ações.

O projeto piloto pode ser composto por unidades-chave, começando por um **Centro de Referência Nacional**, que pode ser justaposto a um centro de ensino médio com capacidade para estruturar um núcleo de pesquisa operacional. Este centro não apenas coordenará as ações, mas também será o ponto focal para a produção de conhecimento e práticas inovadoras no enfrentamento à violência nas escolas, em determinado território.

Paralelamente, serão estabelecidas duas ou três **Unidades de Referência Local**, que coincidirão com escolas estrategicamente selecionadas para desempenhar o papel de porta de entrada do sistema e atuar como ponto de contato direto com a comunidade local. Essas unidades desempenharão um papel fundamental na adaptação das políticas para a realidade específica de suas comunidades, promovendo uma abordagem contextualizada e efetiva.

As Unidades de Rede englobam as demais escolas dentro da área geográfica de responsabilidade do **Centro de Referência Nacional** considerado. Essas unidades, ao se integrarem à rede, facilitarão a disseminação das práticas bem-sucedidas e promoverão a colaboração entre as escolas, fortalecendo o enfrentamento conjunto à violência e ao preconceito no ambiente educacional.

O piloto da Rede Nacional de Enfrentamento à Violência Escolar visa, assim, criar uma estrutura limitada, porém dinâmica e colaborativa, **explorando sinergias** entre instituições já **existentes** e incorporando a participação ativa das escolas e comunidades. Essa abordagem inovadora representa um passo significativo na construção de estratégias mais eficazes e contextualizadas para promover um ambiente educacional seguro e inclusivo.

Além disso, a integração de diversas políticas públicas no enfrentamento à violência escolar pode ser efetuada sem exigir que os profissionais, que não sejam diretamente envolvidos com as escolas, se distanciem de suas atividades cotidianas. Um exemplo prático consiste na participação ativa dos agentes de saúde do Programa Estratégia de

Saúde da Família, que, por realizarem visitas regulares à população, em suas residências, podem atuar como ponta de lança do sistema.

Durante essas visitas, as necessidades e potenciais casos de violência doméstica, por exemplo, podem emergir de maneira mais evidente. Na fase de produção de relatórios, a integração das informações seria realizada por meio do preenchimento de uma breve página de um sistema compartilhado por todas as unidades envolvidas.

O fluxograma das atividades, a garantia de segurança da informação e a preservação da privacidade seriam partes integrantes dos protocolos a serem desenvolvidos na fase inicial do projeto piloto, proporcionando uma abordagem inovadora e eficaz na articulação de diferentes políticas públicas no enfrentamento à violência na escola.

## **12 A ELABORAÇÃO LEGISLATIVA PARA UMA REDE NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR**

A organização de uma rede nacional, envolvendo todos os entes federados, cujo propósito seja enfrentar a violência depende de legislação federal que trate das normas gerais para o seu funcionamento.

Os princípios norteadores da organização da rede e sua composição já foram, extensivamente, abordados nos itens 10 e 11 deste estudo. Além disso, vislumbramos os seguintes aspectos que devem ser abordados pela legislação:

- a criação da rede;
- os seus objetivos;
- os princípios de diretrizes
- a organização das unidades;
- a coordenação e a gestão;
- as atribuições e competências;
- a formação e capacitação dos profissionais;
- o financiamento e a gestão financeira;
- o planejamento e a avaliação das ações;

Essa, em linhas gerais, são os macroelementos que devem ser tratados por um projeto de lei de criação da Rede Nacional de Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola.

### 13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a persistência dos comportamentos violentos ao longo da história evidencia a complexidade inerente a esse fenômeno, cujas raízes e manifestações atravessaram os milênios. Diversos registros arqueológicos, como Epopeia de Gilgamesh e os grafismos da Serra da Capivara, revelam não apenas a presença constante da violência, mas também a constante busca por compreensão e o seu enfrentamento ao longo do tempo.

Nesse contexto, nota-se que o aumento da fragmentação na compreensão da violência vem dificultando o seu enfrentamento eficaz, principalmente, no ambiente escolar. A relação intrincada entre violência urbana, familiar, digital e escolar, especialmente em contextos desafiadores, revela a necessidade urgente da elaboração de estratégias integradas.

Defendemos que a aplicação de princípios da Teoria Geral dos Sistemas e da Teoria da Complexidade oferecem uma perspectiva teórica que reconhece a dinâmica interconectada da violência, abrindo caminho para abordagens de enfrentamento mais integradas. Nesse contexto, a redefinição da violência como uma expressão impositiva de desejos e decisões humanas, diante do desrespeito a normas e do potencial de dano ampliam a compreensão do fenômeno, destacando a importância do estabelecimento de uma rede distribuída para a criação de estratégias de enfrentamento flexíveis e adaptáveis.

Mostramos que a complexidade da violência demanda uma abordagem colaborativa, integrada e contextualizada para, verdadeiramente, enfrentar as suas características sistêmicas. Tal necessidade pode ser atendida por um sistema estabelecido em uma topologia de rede distribuída.

Diante da complexidade e da urgência do enfrentamento à violência e aos preconceitos nas escolas, a proposta de uma Rede Nacional surge como uma alternativa inovadora e eficaz. A arquitetura distribuída proposta desafia a centralização histórica das políticas públicas, propondo a existência de coordenações locais como resposta à diversidade de desafios em um país de dimensões continentais. Além disso, existe a necessidade da compreensão das similaridades e das distinções dos problemas de violência em diferentes contextos. Para isso, uma rede distribuída apresenta-se como uma solução viável para os desafios apresentados.

Ao detalharmos as características da rede distribuída, observamos que ela não apenas amplia a abrangência na tomada de decisões, mas também fortalece a resiliência do sistema, promove o fluxo constante de informações e maximiza a utilização dos recursos. A eficiência operacio-

nal é otimizada pela descentralização de responsabilidades, enquanto a coordenação central assegura alinhamento estratégico de toda a rede. Pela convergência de ações das políticas públicas existentes, essa abordagem em rede não apenas aproveita recursos preexistentes, mas também fortalece a capacidade de resposta diante da complexidade inerente à violência.

O salto da teoria para a prática demanda diretrizes claras, e as instâncias da rede propostas — desde o Centro Nacional de Coordenação até as Unidades de Rede — delineiam uma estrutura organizacional integrada e adaptável. Os requisitos para criação, como capilaridade local, integração intersetorial, e participação da comunidade científica, atendem à necessidade de uma abordagem multidisciplinar e colaborativa.

Ao introduzir o projeto piloto, a proposta ganha materialidade, sugerindo a otimização de recursos e a ativa participação de escolas, comunidades, e até de agentes de saúde, em um esforço conjunto e inovador. A abordagem dinâmica do piloto, ancorada na participação ativa dos interessados, vislumbra um aprendizado contínuo e adaptação para enfrentar os desafios emergentes.

Assim, a Rede Nacional para o Enfrentamento à Violência e aos Preconceitos na Escola, ao romper com modelos tradicionais, emerge como uma proposta viável, promovendo a descentralização, a colaboração e a inovação na construção de um ambiente escolar seguro, inclusivo e adaptado à diversidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Ana Paula da; FIGUEIREDO, Eleonora; SALES, Marcos Vinícius (Orgs.). **Educação e juventudes: perspectivas multidisciplinares**. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2023.

ALLEN, James P. **The art of medicine in ancient Egypt**. Metropolitan Museum of Art, 2005.

ALTENFELDER, Anna Helena. A escola e as práticas pedagógicas inovadoras. **EducVale**, p. 46-63, 2019.

BOZZA, Thais Cristina Leite; VINHA, Telma Pileggi. Cyberbullying, cyber agressão e riscos on-line: Como a escola pode atuar diante dos problemas da (cyber) convivência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e023059-e023059, 2023. <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18444>

CALABRE, Lia. Riqueza e desafios das políticas públicas de cultura: o programa cultura viva e os diálogos com a América Latina. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 21, n. 42, p. 289-314, 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.185303>

CHURCHILL, Steven E. et al. Shanidar 3 Neandertal rib puncture wound and paleolithic weaponry. **Journal of human evolution**, v. 57, n. 2, p. 163-178, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.jhevol.2009.05.010>

COSTIN, Claudia. Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 43-51, 2020.

D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Federalismo e execução dos serviços públicos de atendimento do governo federal: a experiência brasileira nas políticas sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.232504>

DE MEDEIROS, Márcia Maria; DA SILVA COSTA, Mariane; DA SILVA, Luiz Alberto Ruiz. Figurações da morte em “A Epopeia De Gilgamesh”. **Cippus**, v. 10, n. 2, 2023.

HEIDRICH, Rosanne Lipp João. **Rede de atores e (des) articulação institucional na região metropolitana de Porto Alegre: contribuições ao debate sobre a governança interfederativa**. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

KOMATSU, André Vilela. **O desenvolvimento do comportamento violento na adolescência**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.

KRUG, Etienne et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LIMA, Déborah Karollyne Ribeiro Ramos; GUIMARÃES, Jacileide. Articulação da Rede de Atenção Psicossocial e continuidade do cuidado em território: problematizando possíveis relações. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, p. e290310, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312019290310>

MASCHIETTO, Roberta Holanda; FERREIRA, Marcos Alan; CORTINHAS, Juliano da Silva. Exploring subjectivities of peace, violence, and power among

the youth in Brazil. **Peace & Change**, v. 47, n. 3, p. 233-253, 2022. <https://doi.org/10.1111/pech.12548>

MASCHIETTO, Roberta Holanda. Integrating subjectivities of power and violence in peacebuilding analysis. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 3, p. 379-396, 2020. <https://doi.org/10.1080/01436597.2019.1684191>

MEIRELES, Jacqueline; MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Do projeto político pedagógico às práticas cotidianas: perspectiva psicossocial sobre violência na escola. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 52, p. 706-725, 2021.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; PINTO, Liana Wernersbach; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. A violência nossa de cada dia, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Ciência & saúde coletiva**, v. 27, p. 3701-3714, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Eds.). **Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2003.

MORAES, Maria Cândida; VALENTE, José Armando. **Como pesquisar em educação a parti r da complexidade e da transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2008.

NARCISO, Isabel de Santa Bárbara. Contextos colaborativos no sistema escolar-ponto nodal da acção sistémica. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, p. 87-102, 2007.

NUNES, Cesar Augusto Amaral; VINHA, Telma Pileggi; CAMPOS, Soraia Berini. Processos responsivos no desenho, implementação e avaliação de programas na área da melhoria da qualidade da convivência escolar. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. esp.3, p. e022099, 2022. DOI: 10.22633/rpge.v26iesp.3.16960.

PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; ALPES, Matheus Franco; COLARES, Maria de Fátima Aveiro. Situações de violência interpessoal/bullying na Universidade: recortes do cotidiano acadêmico de estudantes da área da saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, p. 537-546, 2020.

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Enfrentamento sustentável e integral à violência e aos preconceitos na escola: um desafio complexo, mas viável. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 07, p. 8012-8038, 2023a. <https://doi.org/10.56083/rcv3n7-036>

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Psicologia Cultural: uma poderosa abordagem para a compreensão dos fenômenos humanos complexos. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 11, p. 19896-19920, 2023b. <https://doi.org/10.56083/rcv3n11-004>

PIRES, Sergio Fernandes Senna. A violência como expressão dos desejos e das decisões humanas no ambiente acadêmico. In Alvarenga, Francisco (Org.). **Novos estudos em ciências humanas**. São Paulo: Dialética, 2023c. p.175-190. <https://doi.org/10.48021/978-65-270-0788-3-C8>

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Reflexões sobre a criação de uma rede nacional de referência para o enfrentamento à violência e ao preconceito na escola. **Revista Contemporânea**, 3(8), 2023d, p. 10559–10571. <https://doi.org/10.56083/RCV3N8-035>

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Protagonismo como valor estruturante: Enfrentando a invisibilidade infantojuvenil na escola. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 36, n. 2, p. e23035-e23035, 2023. <https://doi.org/10.21814/rpe.27217>

RAMOS, Arthur de Oliveira Xavier. O conceito de violência: considerações sobre os aspectos simbólicos e normativos. In BELO, Felipe de Brito Alves; MEDEIROS, Polireda Madaly Bezerra (Orgs.). **Construindo saberes jurídicos: constitucionalismo, direitos humanos e filosofia**. Belém: RFB Editora, 2023. p. 219-237. <https://doi.org/10.46898/rfb.5a76f3de-d9f4-4777-861b-4b01ffab3ce6>

RIBEIRO, Paula et al. Prevenção nas escolas construindo uma cultura sem drogas. **Revista Científica de Iniciación a la Investigación**, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2019.

ROSA, Danilo Ruiz Fernandes. Os contratempos da descentralização das políticas públicas na área da saúde no federalismo brasileiro. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 4, p. e442953-e442953, 2023. <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i4.2953>

SILVA, Lidiane Maria da. **Violência escolar**. 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

SILVA, Luciano de Souza; CISNEIROS, Daniela. Cenas coletivas de violência humana nas pinturas rupestres pré-históricas da área arqueológica Serra da Capivara-PI. **Revista Do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v.23, p. 19-33, 2013. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2013.106994>

SOUZA, Celina; GRIM, Eduardo José. Desafios da federação brasileira: descentralização e gestão municipal. In GRIM, Eduardo José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz (Orgs.). **Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 86-124, 2021.

SPIKINS, Penny et al. Living to fight another day: the ecological and evolutionary significance of Neanderthal healthcare. **Quaternary Science Reviews**, v. 217, p. 98-118, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2018.08.011>

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa; RESENDE, Grazielle Andrade. Democratização de políticas sociais no Brasil: venturas e desventuras das organizações da sociedade civil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 177-192, 2020.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. A convivência como valor nas escolas públicas: Implantação de um Sistema de Apoio entre Iguais. **Americana: Editora Adonis**, v. 1, 2022.

VINHA, Telma Pileggi; NUNES, Cesar Augusto Amaral. **As agressões do aluno ao professor: cenários e possibilidades de intervenção na escola. Educação unisinos**, 2020. <https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.33>